

A NEUTRALIDADE POSSÍVEL OU A PESSOALIDADE RESGATADA

César Vieira Dinis

Médico psiquiatra, Grupanalista,

Membro didacta e Presidente da Sociedade Portuguesa de Grupanálise

RESUMO

O autor sustenta que a qualidade específica da relação que se estabelece entre analista e paciente é um factor decisivo no resultado terapêutico. Acentua a responsabilidade do analista nesta área, abordando a vertente contratransferencial, incompatível com uma suposta neutralidade. Desenvolve, a propósito, aspectos peculiares à grupanálise, sublinhando o imperativo de ser respeitada a singularidade de cada um dos membros no fórum que é o grupo.

– Cada psicanalista só chega até onde lho permitem os seus próprios complexos e resistências internas (Freud, 1910).

– Encontramo-nos numa posição que não permite refutar... as investigações que se esforçam por demonstrar que as diferenças nos resultados terapêuticos se devem à personalidade e à experiência do terapeuta e não à circunstância de ele se filiar numa escola determinada (Foulkes, 1964).

– Podemos-nos analisar uma vida inteira e não ter qualquer resultado. É a relação pessoal que é terapêutica (Guntrip, 1977).

– O padrão grupanalítico consiste na natureza de atitudes específicas que o grupanalista transmite e sustém na matriz grupanalítica com uma função interpretativa que permite e desenvolve o processo grupanalítico (Cortesão, 1988).

– O processo analítico de transformação depende, em grande medida, da quantidade de "Eros" que o analista pode mobilizar para o seu paciente (Racker, 1988).

– Supõe-se que de um modo geral não há processo psicoterapêutico específico, mas antes um processo analítico, e isto na medida em que se trata sempre de um analista que regula a sua escuta e as suas interpretações em função da transferência (Cornut, 1998).

– Cada vez mais a "realidade" do psicanalista é referenciada nos escritos teóricos psicanalíticos como sendo um dos aspectos importantes da "transferência básica" (Jeammet, 1998).

– O tratamento psicanalítico bem sucedido... não acontece por se alterarem os princípios organizadores invariantes do paciente. Ocorre, sim, através de experiências relacionais novas com o analista em uníssono com a ampliação da capacidade do paciente para a auto-consciencialização reflexiva (Paparo, 1998).

– O analista tem de (*must*) responder com algo que é experienciado como específico à relação com o paciente e que é oriundo da sua experiência pessoal, da sua personalidade e traz a sua assinatura (Stern, 1998).

– A transferência do paciente desencadeia uma ressonância afectiva e fantasmática – na contratransferência – que é metabolizada e elaborada pelo psicoterapeuta, em função das suas características e realidades interna e externa (Neto, 2000).

E agora que cumpro a ortodoxia protocolar da citação do cientificamente correcto, ou melhor, da recitação atenta do conhecimento mais ou menos adquirido, passo a expor o aleatório não científico do meu percurso pessoal de analista, a sujeitar o testemunho da minha experiência subjectiva à estimulante controvérsia oriunda do pensar e do sentir que a experiência de cada um de vós, enquanto psicoterapeutas analíticos de grupo, vos sugerir.

Para contextualizar o que afirmo quero fazer um reparo prévio, repetindo o que há anos disse, num outro fórum, no caso, uma Faculdade de Psicologia de Lisboa:

“Nada do que poderemos dizer será realmente novo, no sentido da autêntica inovação que represente uma ruptura epistemológica. O mais a que poderemos aspirar será o encontrarmos um enfoque relativamente fresco acerca de coisas velhas, ditas e reditas.”

Tudo o que construímos assenta no já existente, mesmo quando o negamos ou abjurmamos, radicalizando o confronto. Daqui resulta a assumpção da impossibilidade de se construir a partir do nada e da exigente necessidade de nos informarmos sobre o pensamento e prática alheias, estudando, reflectindo, testando, modificando, se tal nos surgir como oportuno, quero dizer, se tivermos coragem para tal, coragem para aceitarmos a quase certeza do acontecer do nosso erro. Só assim será possível, porventura, contribuirmos com um ínfimo passo para a infinita viagem que nesta nossa área, como em todas as outras do pensar humano, aponta para a inatingível meta da verdade e do conhecimento.

Detendo-me um momento a olhar retrospectivamente os trinta anos do meu percurso de psicoterapeuta analítico e de grupanalista e antecipando prospectivamente o que talvez ainda possa percorrer, uma constatação se me impõe: o caminho futuro será inelutável e significativamente mais breve que o já trilhado. É esta constatação que fundamenta a oportunidade de a vós me expor, revelando-vos a minha personalidade, enquanto grupanalista.

Qualquer relação humana é um aglomerado de encontros e desencontros de intrasubjectividades. A sua resultante, por mais assimétrica que seja no que respeita à responsabilidade das partes, nunca poderá ser suspeita de autoria exclusiva, isto é, unipessoal.

Tomemos *n* pessoas num contexto, e tenho a tentação de dizer num vínculo, nascituro humano seria como que o inimputável absoluto, se no âmbito da teoria psicanalítica ousássemos ditar sentença sobre a responsabilidade das partes nas vicissitudes da interacção e relação precoces. O que acabo de dizer de modo nenhum pretende infirmar, tal como não aspira a confirmar, a validade de conceitos como pulsão agressiva, pulsão destrutiva, pulsão de morte, inveja do seio, fase esquizoparanóide, elementos beta, objectos bizarros, ataque aos vínculos, etc., etc., etc. O que me importa sublinhar é que tais conceitos foram elaborados por aparelhos mentais adultos e daí que apesar da sua sofisticação devam ser considerados como modelos e não como achados neuropsicofisiológicos do bebé humano. A questão relevante, do meu ponto de vista, será o uso que se possa fazer de tais modelos e o critério da sua validação dever ficar dependente da sua maior ou menor operacionalidade em cada situação específica e concreta.

Retomo a questão da assimetria da responsabilidade dos intervenientes, considerando agora o sensível território do processo terapêutico analítico contemplando pessoas adultas, e muito especialmente no que diz respeito ao processo grupanalítico.

Para qualquer paciente adulto, com grau variável de sofrimento e perturbação, a metáfora do inimputável absoluto não terá cabimento, pois, quanto mais não seja, não será compatível com a possibilidade de transformação, isto é com o espelhamento por parte do terapeuta que confira ao paciente estatuto e dignidade bastantes, indissociáveis da atribuição de um quantum de responsabilidade. O que pretendo dizer é que, sendo biologicamente impossível nascer-se de novo, não haverá hipótese de transformação se o analisando para tal não mobilizar os seus recursos. O renascimento será algo de diferente em substância; se as condições suficientemente boas forem disponibilizadas pelo meio – entenda-se, pela relação analítica – o ressurgir poderá acontecer desde que haja matéria prima e motivação para tal. A Fénix poderá renascer das cinzas, preenchida a pré-condição de existirem átomos de carbono. Não poderá renascer do nada.

Dito isto, quero, desde já, afirmar sem ambiguidades a minha íntima e profunda convicção de que a responsabilidade das partes, e refiro-me agora à relação analítica, se manterá flagrantemente assimétrica porque no contrato terapêutico estará implícito o compromisso de que quem trata usará o seu saber, experiência, sensibilidade, criatividade e empatia para oferecer as condições favoráveis à possível resolução das disfuncionalidades do paciente. Condições favoráveis essas que não se compadecendo com soluções de facilidade, desafiarão exigentemente a responsabilidade do terapeuta e o sujeitarão, porventura, a penosas vicissitudes contratransferenciais. Não vejo como iludir tal escolho, na medida em que quando alguém nos procura para se tratar, assume, ao formular o pedido, a sua incapacidade para resolver, por si só, algo de decisivo para o seu bem estar e equilíbrio e nos credita com a sua confiante expectativa. Talvez que aqui a assimetria possa, diferentemente do que acontece no binómio pais/filhos, contemplar o mesmo atributo para analistas e analisandos, seja em termos de competência, de bondade ou mesmo de sanidade.

As diferenças serão agora eminentemente quantitativas e muito menos qualitativas.

Na minha opinião, cabe desde logo ao analista interrogar-se escrupulosamente sobre a solidez da sua convicção quanto à possibilidade de satisfazer o pedido, quero dizer sobre a sua capacidade empática para aquela pessoa única e irreproduzível. Sustento que, se dúvidas significativas lhe surgirem nessa área, deverá ter a honestidade de declinar o pedido, lembrando-se que um outro terapeuta haverá com probabilidades de ser bem sucedido, onde ele inevitavelmente falharia. Isto que poderá parecer singela decisão ditada pelo bom senso mais banal, é muitas vezes um gesto complexo implicando por parte do analista aguda consciência do seu próprio patológico, e a competência de, apesar dele, decidir saudavelmente, já que terá de suportar frustrações narcísicas, desistindo de tentações messiânicas, eventualmente desagradar a terceiros – quem o referenciou ao paciente – e até, às vezes, sujeitar-se ao fogo cruzado dos seus Ideal do Eu e Super Eu censor, flagelando a área do Eu profissional.

Do que acabo de afirmar, inferir-se-á, desde logo, que considero a neutralidade do analista *stricto sensu* como uma impossibilidade *ab initio* e que a sua simulação, a verificar-se, radicar-se-á, na mais benigna das hipóteses, na auto-sugestionabilidade alicerçada em propósitos narcisicamente defensivos.

A natureza humana é um muito complexo aparelho mental que metaforicamente poderá ser encarado como um ultra sofisticado sistema de mediação entre a recepção de estímulos e a emissão de respostas e, nos tempos que correm, a aceitação do conceito de inteligência emocional tornou obsoleta a separação entre cognição e emoção.

O aparelho mental humano será capaz de uma infinidade de desempenhos, mas seguramente que não o de aceder ao vazio da neutralidade com ênfase para o território da inter-subjectividade. Neutralidade só depois da morte, se a morte fôr o não ser.

Quando me confronto nos escritos psicanalíticos com o proposta da neutralidade, entendo-a, nem sequer como isenção, pois ao contrário da justiça, deseja-se que a mente do analista não seja cega. Entendo-a, sim, como um propósito de renúncia. Renúncia por parte do analista à tentação de utilizar o analisando para satisfação de necessidades próprias mesmo que nebulosamente percebidas. Renúncia a colocar os seus preconceitos, convicções, crenças acima do propósito de otimizar as condições para a desejada transformação.

Tudo o que é humano tendo limites, necessariamente que a capacidade de renunciar também os tem. Desejar-se-á que o analista disponha de consciência crítica suficiente para conhecer os seus e rigor deontológico bastante para corajosamente não os transgredir na sua prática. Será este um imperativo ditado não só pelos direitos do paciente, mas também pelo respeito que o analista deverá a si próprio.

É que o analista tem princípios e quanto a estes, digo que os deverá respeitar com tanto escrúpulo quanto aos interesses dos analisandos. Do meu ponto de vista, este preceito deverá indefectivelmente ser preservado e sem desfalecimentos prosseguido. É a verdade possível de aceder, a da autenticidade intra-subjectiva que conduzirá, espera-se a uma inter-subjectividade sem truques, falácias, hipocrisias. Se o analisando revelar que cometeu o que, segundo os princípios do analista, foi uma óbvia transgressão ética, não vejo que este possa dizer outra coisa que não seja: – Na minha opinião, você cometeu uma falta. Poderemos, no entanto, tentar compreender porque o fez.

Compreender não é avalizar e, se não é condenar, também não será absolver. Será, sim, a tentativa de encontrar um significado partilhado pelos interlocutores. Parece-me que esta é uma questão fundamental no que respeita ao correcto entendimento e uso adequado do conceito de empatia. Para que este precioso instrumento relacional possa favorecer a mudança, impõe-se que a distância segura seja guardada, por outras palavras que o próprio nunca se confunda com o outro. Está vedada ao analista a tentação de usar o analisando como objecto do *self*.

Se me perguntassem qual considero como primeira condição para eventualmente se ser um bom analista, eu responderia que a aguda consciência da sua própria patologia. Não seriam as áreas do seu funcionamento mental não resolvidas que, porventura, o impediriam de o ser, mas sim as suas áreas cegas.

A pretensão da neutralidade do analista – tomada em sentido literal – pressuporia mais que a anulação da visibilidade da sua personalidade, a negação ou denegação da mesma. Digo isto porque não vejo como conseguirá o analista ocultar a sua comunicação não verbal que inevitavelmente o trairá: a expressão fisionómica, a postura corporal, os sinais físicos de cansaço e a daninha sonolência, tão pouco referida, mas tão frequente. Se a psicanálise de divã ainda lhe possibilitará a defesa de estar fora do campo visual do analisando, a grupanálise impede-lhe o recurso a tal muralha.

Acresce que se, por absurdo, considerássemos a possibilidade do analista totalmente opaco, mesmo assim, o fervilhar da sua intra-subjectividade comodelaria o devir relacional com o analisando e esta acção radicaria naquilo que positiva ou negativamente lhe seria idiossincrásico. Necessariamente que para se negar esta, quanto a mim, evidência teria de se supor que os fenómenos contratransferenciais se reduziram ao conjunto de projecções por parte do analisando na mente do analista e as respostas deste seriam exclusivamente determinadas em função daquelas. Várias consequências decorrerão da tentação de praticar tal hipótese e, quanto a mim, malignas:

– A essência dialógica da relação terapêutica sairá mal ferida, tendendo para um arremedo de solilóquio.

– A responsabilidade pessoal do analista diluir-se-á do campo da sua consciência crítica e será aliciado pela miragem da auto-complacência.

– Pior que tudo, o analisando será empurrado para uma nebulosa relacional em que sujeito e objecto não se distinguem, ou para um deserto de onde estará banida a esperança de um oásis objectal.

Num grupo analítico, e não será essa a menor das virtualidades benéficas do contexto grupal, tal risco estará ausente, na medida em que os analisandos serão tudo menos neutros nos envolvimento entre si e com o grupanalista e nem sequer lhes é proposto que sejam discretos ou emocionalmente comedidos, pelo contrário, é-lhes sugerido que se pautem pela espontaneidade possível.

De qualquer modo, o significado, função e, portanto, responsabilidade do grupanalista serão únicos e indeclináveis, já que foi a ele que cada analisando procurou, dedicando-lhe expectativas extremas e investindo-o com um poder que, embora idealizado, em nada o desobriga desde que aceite o pedido e assumo o contrato terapêutico. A não ser assim, estaríamos perante um grupo de entre-ajuda, estimável, embora, mas isso seria outra coisa que não um grupo de análise. Sublinho este aspecto porque me parece nunca ser de mais lembrar que uma das tarefas do grupanalista é a de compatibilizar a optimização do grupo, enquanto fórum relacional colectivo promotor de crescimento e saudável transformação mental com o estrito interesse pessoal de cada analisando nesta mesma área. É o que se pretende significar quando se alude à adequada transmissão do padrão para a matriz grupanalítica.

Como já disse noutra ocasião, um grupo de análise não é uma equipa de futebol, nem um grupo de operações especiais e consequentemente o grupanalista não é um treinador desportivo, nem um militar, dito, de elite. O propósito formulado no contrato e que fundamenta a aliança terapêutica não é o da equipa marcar golos, nem o de conquistar um ponto estratégico no terreno. Muito, pelo contrário a meta será *n* metas que se desejam alcançáveis: a vitória de cada um, portanto, *n* vitórias pessoais, o que não será consentâneo com baixas nem com sacrifícios pessoais em prol do desígnio colectivo. Mesmo as eventuais substituições serão um recurso de excepção e o grupanalista não deverá tranquilizar-se com um banco de suplentes para o que der e vier.

Se na relação analítica dual a, em minha opinião, falácia da neutralidade poderá ser simulada, num grupo a pluralidade e a diversidade em presença interactiva inviabilizam tal simulação. O grupanalista inevitavelmente que se relacionará de modo diverso e único com cada um dos seus analisandos e, a ser doutro modo, seria desastroso para as

necessidades básicas de reconhecimento por que anseia a criatura humana. Quem quererá essencialmente ser tomado por outro ou que lhe vistam um uniforme, a menos que em nome de uma grave patologia defensiva da sua autenticidade?

Há pais que dizem que lidaram com todos os filhos de igual modo e mal disfarçamos o sorriso irónico quando tal ouvimos. Eu costumo, em tais circunstâncias, comentar: "Felizmente para os seus filhos que não foi assim, com certeza..."

Será exequível um grupanalista igual para todos os analisandos? Felizmente que não!

Um grupo analítico de analisandos anónimos seria uma monstruosa batota. Mas, se por hipótese, um grupanalista, mesmo que defensivamente bem intencionado, mas nem por isso menos deletério, se propusesse o desígnio egualmente neutral, não vejo, em termos metodológicos, que o pudesse pretender senão ficcionando o grupo como uma entidade holística, isto é, considerando o grupo como um todo, em termos do seu objecto de relação.

Ora se um grupo de análise, como já referi, não é uma equipa de futebol, nem um grupo de combate, também "não será de nenhum modo um aparelho mental" para citar as palavras de Eduardo Cortesão (1988).

É óbvio que num grupo de análise existem fenómenos especificamente grupais que ampliam a operacionalidade analítica, mas sempre visando o propósito de analisar a pessoa e não a estultícia de analisar o grupo que não sei o que seria, já que os grupos podendo ser influenciados, para o melhor e para o pior, e mesmo manipulados, não são, contudo, analisáveis. Analisáveis, sim, são as pessoas num contexto de grupo.

Já disse que aos analisandos se recomenda a espontaneidade possível na expressão dos seus pensamentos, afectos e emoções e não se lhes exige outro limite que não o estrito respeito pela integridade física de cada um.

Tudo acontece na matriz do grupo, essa complexíssima teia de inter e trans-subjectividades, onde circulam fervilhantes meteoros de intra-subjectividades regressivas, tantas vezes em risco de rota de colisão. Cabe, sobretudo, ao grupanalista ser o sinaleiro organizador desse tráfego imparável, emitindo com nitidez e discernimento os sinais que evitando acidentes graves, permitam que a viagem prossiga.

Tal como no tráfego viário, existe um código que terá de ser respeitado: o saber teórico, a perícia técnica, o escrúpulo deontológico. Mas tal como no agente que outrora dirigia o trânsito nos cruzamentos das grandes cidades, existirá um estilo pessoal de transmitir o código.

Em tempos escrevi que o estilo do analista corresponderia ao seu modo peculiar de ser e de estar com os outros. Pareceu-me na altura, e continua a parecer-me, uma definição vaga e nada compatível com a objectividade que se exige a um conceito. Mas o facto é que, até hoje, não encontrei outra que melhor se adequasse ao que tentava exprimir.

Nas nossas relações, na vida em geral, somos predominantemente reservados ou, pelo contrário joviais; sóbrios no discurso ou loquazes, austeros ou pródigos na expressão do humor, etc., etc., etc. Considero ser um erro que na relação com os analisandos que se pretende seja facilitadora de saudável transformação e crescimento mentais, o analista constranja a sua naturalidade, em nome de um qualquer figurino idealizado ou simplesmente na moda. Que o nosso procedimento, enquanto analistas, se obrigue a

pautar-se pelos limites do que genericamente se designa como a boa prática, com ênfase para o auto-escrutínio da contratransferência (hostil, erotizada, etc.) isso é uma coisa muito diferente!

Tentando sumarizar no que respeita ao estilo, direi que o analista se deverá conformar a um desiderato exigente, mas possível: a autenticidade pessoal, expurgada da impulsividade e garantida pela honestidade do carácter.

A multiplicidade do grupo, também no que diz respeito às características pessoais dos membros, será uma das suas mais fascinantes potencialidades. Naturalmente que quando o analista está a sós com um paciente, na psicoterapia face a face, por exemplo, o modo de expressar a sua pessoalidade será modelado pela originalidade do interlocutor. Num grupo, o grupanalista estará confrontado com *n* originalidades em simultâneo e tal como na "sala dos espelhos" de que falou Foulkes (1964) a propósito da reformulação da auto-imagem dos analisandos, a resultante global do modo do analista interagir com cada um dos seus grupanalisandos, o seu estilo, será razoavelmente consentâneo com a sua autenticidade. Afinal, o grupanalista também é um membro do grupo, embora um membro muito especial.

Os analisandos não se escolhem uns aos outros, mas do grupanalista, na medida em que os aceitou e reuniu, poder-se-á dizer com legitimidade que os escolheu. Claro que quando foi procurado foi solicitado, mas tendo o poder de aceitar ou declinar tal solicitação, quem realmente escolhe é ele. Sublinho este ponto porque me parece que o investe com iniludível responsabilidade quanto à qualidade da relação que poderá oferecer a cada analisando. Aceitar à partida nítidas assimetrias na capacidade empática que julgue poder disponibilizar para cada um, será uma temeridade que a consumir-se, custará provavelmente caro aos pacientes que a ele se confiaram, tanto aos desfavorecidos como aos eleitos. Se, de boa fé, cometeu um erro de avaliação naquela área, ao detectá-lo deverá ter a coragem de o admitir e não fazer obstrução à, neste caso, fundamentada decisão do analisando de interromper o processo. Muito pior que uma análise não feita, será uma análise mal feita porque mentirosa.

Uma grupanálise é uma experiência relacional múltipla, complexa e pluri-polar que se deseja positivamente transformadora. Para tal acontecer não será forçosamente necessário que todos os grupanalisandos se venham a apreciar reciprocamente, mas pretende-se que a tolerância à diferença se amplie em cada um, que consigam cooperar, apesar dos desagradados não desfeitos e que, no termo do processo, a competência pessoal para a escolha objectal adequada seja conseguida.

No entanto, para que tais objectivos se prefigurem como exequíveis, acredito ser necessário que o grupanalista aceite unicamente quem creia poder entender. E para que os mesmos objectivos se consubstanciem em conquistas, terá a acidentada viagem que designamos por processo grupanalítico pessoal que proporcionar suficientes e intensos "momentos de encontro" entre o analisando e o seu grupanalista – refiro-me à conceptualização de Daniel Stern e colaboradores (1988) – momentos de adequação mútua em que, ousado dizê-lo, a empatia fluirá nos dois sentidos. Mas, porque de um grupo se trata, poderá acontecer que tais momentos sejam ecoados por outros membros do grupo. É esta possibilidade do acontecer grupal que costumo designar por caixa de ressonância empática.

Diferentemente do que terá acontecido nas famílias dos analisandos, espera-se que um grupo analítico se constitua como uma conjunção de inter-subjectividades que proporcione, às partes em presença, satisfação final. E, em minha opinião, alicerçada num já longo labor com grupos de análise, quer como terapeuta, quer como supervisor, tal desígnio dependerá significativamente do modo como a teoria e a técnica, se correctas, forem veiculadas pela personalidade do grupanalista.

Enquanto pessoas, poderemos ser mais ou menos saudáveis mentalmente, poderemos ter uma vida privada mais gratificante ou mais frustrante e poderemos sempre aspirar à possibilidade de sermos compreendidos quanto aos nossos conflitos, necessidades, desejos. Enquanto analistas, exige-se que tenhamos clara consciência de que nos está vedado sacrificar o interesse dos analisandos em nome do consolo próprio.

Esta assumpção rigorosa parecerá balizar com crua nitidez o compromisso de renúncia por parte do analista, desde que salvaguardada, como disse atrás, a preservação dos princípios. No entanto, os "momentos de encontro", catalisadores da genuína mudança, só acontecerão se, também, para o analista forem privilegiados momentos de satisfação.

Participar na construção desses momentos e vivê-los intensamente com o outro, não os sufocando fobicamente, mas sem abusos, sem perversões, sem passagens ao acto, será para o analista o delicado exercício do equilíbrio no fio da navalha.

Afinal, um encontro solitário é uma impossibilidade.

RÉSUMÉ

L'auteur soutient que la qualité spécifique de la relation analyste-patient est un facteur déterminant du résultat thérapeutique. Il souligne la responsabilité de l'analyste en ce domaine, envisageant la dimension du contre-transfert qui n'est pas compatible avec une prétendue neutralité. Il déploie, à ce propos, des aspects particuliers à la groupe-analyse, en remarquant qu'il faut absolument faire attention à la singularité de chaque membre dans le forum qui est le groupe.

SUMMARY

The author sustains that the quality of the analyst-patient relation is a decided factor on the outcome of the therapy. He underlines the responsibility of the analyst in this field, according to counter-transference phenomena which are not supposed to be neutral. About this matter he displays some group-analytic features and stresses the importance of preserving the singularity of each member within the group forum.

BIBLIOGRAFIA

- CORNUT, J. (1998) «Du bon usage de la passivité». In *Psychothérapies psychanalytiques – débats de psychanalyse*. Paris, Presses Universitaires de France.
- CORTESÃO, E. L. (1988) *Grupanalise – Teoria e Técnica*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

- FOULKES, S. H. (1964) *Therapeutic Group Analysis*. London, George Allen and Unwin, Ltd.
- FREUD, S. (1910) As Perspectivas Futuras da Terapêutica Psicanalítica, Edição Standard Brasileira das *Obras Psicológicas Completas*, Vol. 11: 127-136. Rio de Janeiro, Imago Editora Ltda, 1970.
- GUNTRIP, H. (1977) «Mon expérience de l'analyse avec Fairbairn et Winnicott (Dans quelle mesure une thérapie psychanalytique peut-elle être achevée?)», *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, 15 : 5-27.
- JEAMMET, P. (1988) «Le perçu, l'agi et la représentation dans le processus psychanalytique» In *Psychothérapies psychanalytiques – débats de psychanalyse*. Paris, Presses Universitaires de France.
- NETO, M. I. M. (2000) «How does the psychotherapist cure?», trabalho não publicado, apresentado na EFPP Adult Section Conference em Chipre.
- PAPARO, F. (1998) "How does Psychotherapy cure?", In *Self Experiences in Group* edited by I. Harwood and M. Pines. London, Jessica Kingsley Publishers.
- RACKER, H. (1988) *Estudos sobre Técnica Psicanalítica*, 3.^a edição. Porto Alegre, Artes Médicas.
- STERN, D. et al (1998) «Non – interpretive mechanisms in psychanalytic therapy: "The something" more than interpretation», In *The International Journal of Psycho-Analysis*, 79: 903-921.